



Josiara Gurgel Tavares
Lilian Maria da Silva Mello
Manuel Naiury Guedes de Sousa

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

07, 08 e 09 de Julho de 2023

GT 21: O Ensino da Sociologia no Novo Ensino Médio

**Racismo e Relações Étnico-Raciais: currículo e impactos político-pedagógicos
de uma eletiva no Ensino Médio.**

Belém – PA

2023





Resumo

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que buscou analisar os impactos da eletiva “Racismo e Relações Étnico-Raciais”, oferecida como componente curricular da Escola de Ensino Médio Doutor César Cals, na cidade de Fortaleza – CE, no ano de 2022. Vale salientar que as eletivas são parte integrante do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) implementado no ano de 2022 nas escolas brasileiras. Objetiva-se por meio deste, apresentar a construção curricular da referida disciplina e ainda os elementos de caráter político-pedagógicos considerados impactantes para os alunos. Para tanto, revisou-se, principalmente, os estudos sobre Educação das Relações Étnico-Raciais já concretizados por Beatriz Petronila Gonçalves (2005), Kabengele Munanga (2005) e Nilma Lino Gomes (2011). Como método, foi aplicado um questionário através da plataforma Google com perguntas abertas e fechadas junto as alunas e aos alunos matriculados na disciplina. O resultado desta pesquisa permite perceber a potência da educação para as relações étnico-raciais na construção de um mundo mais humano através da valorização da história e da cultura afro-brasileira e do reconhecimento das diferenças étnicas que, ao serem contextualizadas histórica e culturalmente, contribui para destruir o mito da “democracia racial” e refletir sobre dispositivos racistas herdados de nossa história.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Relações étnico-raciais, Sociologia.

1- Introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que buscou analisar os impactos político-pedagógicos da eletiva “Racismo e Relações Étnico-Raciais”, oferecida como componente curricular da Escola de Ensino Médio Doutor César Cals, na cidade de Fortaleza – CE, no ano de 2022.

Vale salientar que as eletivas são parte integrante do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) implementado através de uma Reforma no ano de 2022 nas escolas brasileiras e que trouxe alterações nessa etapa de ensino. Entendemos que as



eletivas podem ser espaços de ocupação da Sociologia, embora não compensa sua lacuna no currículo da formação básica.

Dessa forma, fundamentando-se nas orientações da Lei nº 10.693/03, elaboramos o currículo de uma eletiva com o nome “Racismo e Relações Étnico-Raciais”, já que tanto nossos currículos, como “nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula (...) carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental” (MUNANGA, 2005, p. 15).

A relevância em pesquisar os impactos político-pedagógicos de um novo componente curricular voltado para a educação das relações étnico-raciais decorre sobretudo da necessidade de se pensar novos currículos, novas formas de se produzir e divulgar conhecimentos, atitudes, valores que possibilitem a superação do racismo e de todas as formas de discriminação. Entendemos que “quando são tratados conteúdos pouco valorizados pela sociedade (...) pretende-se apagar preconceitos, corrigir ideias, atitudes forjadas com base nas destruidoras ideologias do racismo, do branqueamento” (SILVA, 2005, p.158).

Importa ainda ressaltar que o presente trabalho objetiva apresentar a construção curricular da eletiva “Racismo e Relações Étnico-Raciais” que primou por elementos da Lei nº 10.639/03 que trata a temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e ainda, os elementos político-pedagógicos considerados impactantes para as e os estudantes desta disciplina. A metodologia da pesquisa que resultou este trabalho, baseou-se na aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas através da plataforma Google junto as alunas e aos alunos das duas turmas da referida eletiva. De um total de cinquenta e sete estudantes matriculados, quarenta e três responderam o instrumental.

2 – Entre perdas e possibilidades: a Sociologia no contexto do Novo Ensino Médio.

O ano de 2008 marca a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos currículos do ensino médio do Brasil (Lei nº 11.684/08) porém, após o impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff em 2016, a versão oficial do currículo nacional passou a sofrer alterações, ou seja, discontinuidades. Essas discontinuidades incidem diretamente sobre o ensino dos componentes disciplinares ao priorizar algumas áreas em detrimento de outras áreas (LOPES, 2021, p. 257). Com a posse

do então vice-presidente Michel Temer, houve uma tomada de ideias aplicadas para a estruturação de um novo ensino médio apresentado com a proposta de dividir o currículo em *base comum* e *a parte diversificada*, com o oferecimento de itinerários formativos que possibilitaria a aproximação de conhecimentos básicos de cursos de ensino superior. Dentre esses itinerários formativos, se destacam as Trilhas de Aprofundamento e as Eletivas.

Portanto, em um contexto de empobrecimento das disciplinas e deslegitimação de algumas, como a Sociologia que sua presença nos currículos fica a depender da decisão das Secretarias de Educação dos Estados, entendemos que as eletivas podem ser um espaço de ocupação dessa disciplina, sendo por exemplo, um potente espaço de discussões das Relações Étnico-Raciais como mostram os dados da pesquisa que fundamentam este trabalho.

3 – De que lugares falamos

Este trabalho foi construído a partir da experiência de três pessoas com a eletiva “Racismo e Relações Étnico-Raciais”: uma mulher, branca, professora de sociologia na educação básica, vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC e preceptora do Programa Residência Pedagógica, subprojeto de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará – UECE, residente em Fortaleza -CE; de uma mulher, preta, graduanda do Curso de Ciências Sociais (licenciatura) da Universidade Estadual do Ceará - UECE, bolsista do Programa Residência Pedagógica, subprojeto de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará – UECE, residente em Fortaleza – CE; e de um homem, cisgênero, pardo, estudante do Curso de Ciências Sociais (licenciatura) da Universidade Estadual do Ceará – UECE e bolsista do Programa Residência Pedagógica, subprojeto de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará - UECE, residente em Caucaia – CE.

A experiência dos três com a referida disciplina ocorreu no ano de 2022 na Escola de Ensino Médio Doutor César Cals, vinculada à Secretaria da Educação do Ceará – SEDUC, localizada em uma área central da capital cearense.

No referido ano, a Unidade de Ensino matriculou 1.311 estudantes, distribuídos em 40 turmas de ensino médio, divididas em dois turnos de funcionamento - manhã e tarde. A escola apresenta Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica - IDEB 5,2 (2021) e se destaca entre as instituições públicas de ensino regular da capital.

A Escola de Ensino Médio Doutor César Cals não se caracteriza como uma “escola de bairro”. Uma de suas marcas é a presença de um grande contingente de alunos advindos de diferentes regiões da capital e da zona metropolitana que se desloca pela cidade em busca de serviço educacional. Os deslocamentos de alunos na cidade foram observados em pesquisa realizada por Alves (2017) em duas escolas públicas de Fortaleza, localizadas em bairros centrais da capital. Ao analisar os perfis dos estudantes, ela constata que parte deles é residente de bairros periféricos da cidade que dispõem de escolas públicas e afirma: esse dado “nos faz pensar que as escolas públicas do Centro aparecem para algumas famílias das e dos jovens como referências em relação à escola situada na periferia, o que talvez justifique o investimento com a própria passagem de ônibus” (ALVES, 2017, p.109). Então, pela condição de deslocamento, seu público tem uma menor vulnerabilidade sócio-econômica, comparada a outras escolas públicas, principalmente localizadas nas periferias. Depreendemos que as e os jovens deste estudo vivenciam lógicas semelhantes às aquelas pesquisadas por Alves (2017), que os impelem a deslocar-se em busca de acesso ao serviço de educação.

4- Estrutura curricular e experiências da Eletiva Racismo e Relações Étnico-Raciais.

Desde o retorno da Sociologia como componente disciplinar obrigatório na educação básica, um dos temas comumente discutidos e dialogados como conteúdo curricular é a problemática do racismo, em aparatos didáticos mais recentes, a associação entre violência, direitos humanos, políticas públicas e sociais e racismo é evidente.

Mesmo dando a devida importância para a pauta, o tempo possível de discussão para tal em uma aula de sociologia no ensino médio é mínimo, não abordando a complexidade de pautas presentes na discussão de racismo, justamente por não se tratar simplesmente de *racismo*, discriminação social advinda dos séculos de escravidão histórica no país, mas sim, de *relações étnico-raciais*. As relações étnico-raciais perfuram a exclusividade de falar de racismo, para falar,

também, de contexto social, comportamento, cultura, diversidade, epistemicídio, histórias, figuras célebres, branquitude, identidade e decolonização.

A necessidade de se tratar dessa dimensão é afirmada pela lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio. Torna-se necessário se pensar em estratégias pedagógicas e didáticas para realizar de forma efetiva o cumprimento da lei, o que “[...] significa uma mudança não só nas práticas e nas políticas, mas também no imaginário pedagógico e na sua relação com o diverso, aqui, neste caso, representado pelo segmento negro da população” (GOMES, 2011). Surge a possibilidade de abranger essa dimensão potente das relações étnico-raciais através da proposta de componentes curriculares, denominados eletivas. Como afirma Lopes (2021), a carga horária de 2h/aula uma vez por semana de maneira semestral torna um palco frutífero para trazer essa pauta aprofundada.

No início do ano de 2022, ano de implantação do Novo Ensino Médio, tivemos acesso a um cardápio de Eletivas organizado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC para apreciação das e dos docentes e unidades escolares, porém não havia no material um componente sobre educação para as relações étnico-raciais. Assim, foi construída e apresentada à escola, pela professora de sociologia, uma das autoras desse trabalho, ainda em janeiro de 2022, a estrutura curricular do componente curricular “Racismo e Relações Étnico-Raciais”. Apresentamos aqui aspectos centrais presentes na ementa da disciplina: a justificativa, os objetivos, os objetos do conhecimento e a metodologia.

A justificativa do referido componente curricular baseou-se principalmente nos seguintes pontos: 1) Embora tenha se tornado obrigatório nos currículos escolares o estudo da História e Cultura Afro-brasileira (lei nº 10.639/03), é uma temática pouco presente na maioria das escolas brasileiras; 2) Os currículos das escolas brasileiras, são predominantemente marcados pela presença de uma visão eurocêntrica do mundo; 3) Estudar a história e a cultura africana e as relações étnico-raciais diz respeito ao direito do descendente de africano, assim como todos de os brasileiros, a valorização da sua identidade étnico-histórico-cultural. Dessa forma, demarca-se a necessidade de se construir novos currículos, novas formas de produzir e divulgar conhecimentos, atitudes, valores que possibilitem o enfrentamento ao racismo e todas as formas de discriminação.



Sobre os objetivos do componente curricular apresentado, destacamos: 1) Criar um espaço de debate, reflexão e aprendizagem sobre a história e cultura africana e as relações étnico-raciais no Brasil; 2) Estudar as relações étnico-raciais no Brasil, fundamentando-se nas abordagens histórica, sociológica e literária; e 3) Estimular a reflexão acerca das violências geradas pelo racismo decorrente das relações étnico-raciais.

No que concerne aos objetos do conhecimento, consideramos importante partir da contextualização histórica que fundamentou as desigualdades raciais e as relações étnicas no Brasil, seguindo pelo papel das instituições na construção dessas relações e do racismo. Em seguida, destacamos a importância dos movimentos na luta contra a opressão e pela valorização da cultura afro e da estética negra. Nesse sentido, elaboramos como conteúdos curriculares para serem trabalhados em um semestre: 1) Colonialidade e as relações raciais na sociedade brasileira; 2) O que é racismo e os tipos de racismo; 3) Leis, políticas e ideologias que fortaleceram a desigualdade racial e o racismo no Brasil; 4) A naturalização do olhar sobre o negro no Brasil e o papel da grande mídia e das instituições sociais nessa construção. 5) A história que a História não conta: epistemicídio, povos e personagens invisibilizados na História; 6) Intolerância religiosa; 7) Movimento Negro e suas conquistas; 8) Identidade racial; 9) Representatividade; e 10) Branquitude e o lugar do branco na luta antirracista;

Selecionamos como metodologias importantes: debate, seminário, estudo de texto (gêneros diversos: história em quadrinhos, poema, música), observação de vídeo/documentário/filme/episódio de série/curta-metragem), aula expositiva, aula de campo, roda de conversa.

Na primeira semana do ano letivo, a Escola disponibilizou para as turmas de primeiros anos o cardápio de eletivas. Cada estudante deveria optar por uma eletiva de cada área do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências Naturais. A eletiva “Racismo e Relações Étnico-Raciais”, recebeu inscrições para formação de duas turmas, uma no turno manhã e a outra no turno tarde.

A partir da experiência com a Eletiva percebeu-se, a superficialidade de entendimento das e dos estudantes sobre sua temática. Um bom exemplo é a maneira como a disciplina é chamada de forma coloquial: a eletiva “Racismo e Relações Étnico-Raciais”, vira somente a “Eletiva de Racismo” nos corredores e

conversas as e os alunos. Antes de se trazer a profundidade das relações étnico-raciais, é inevitável trazer e discutir o racismo e como ele está presente na sociedade.

Antes das reflexões iniciais, no primeiro encontro com a turma, surge a pergunta pela professora: “por que você optou por essa eletiva?” A maioria das e dos estudantes destaca que “é muito importante falar sobre esse tema”. A primeira reflexão feita na eletiva foi “o Brasil é um país racista?”, levando a inúmeras afirmações, opiniões e relatos. A segunda foi “você se considera uma pessoa racista?”, levando a reflexão de como o racismo perpassa a ideia de direção e violência (física, verbal, psicológica...) e se expande de maneira estrutural. A terceira reflexão foi entender quem é o negro, no sentido racial, social e histórico, logo em seguida surge uma gama de questões e dúvidas identitárias, expressas por “professora, eu sou negro?”, “professora, eu sou que cor?” É expressiva a urgência de se tratar sobre esses pontos antes de adentrar na conjuntura do racismo no Brasil, desconstruir a imagem do negro e resgatar uma identidade para enfim falar de relações.

Superadas essas reflexões iniciais, apresentou-se a fundamentação das relações raciais no Brasil, através da história do período colonial, que a partir dela, se construiu socialmente a visão do negro no país. A partir daí seguimos para a luta abafada pela história eurocêntrica e conhecemos figuras invisibilizadas. Um nome em particular gerou muitas surpresas e curiosidade em uma das aulas, entre as e os alunos: Aqualtune, uma princesa africana e líder quilombola. A oportunidade de mostrar a existência de uma herança diferente da que é contada espanta as e os estudantes de maneira positiva. Dentre essas figuras, destacam-se mulheres que discutem a surpresa por tantos nomes nunca escutados, e se impressionam com as histórias.

Adiante, são tratadas as questões sobre como o racismo age na sociedade, em especial no Brasil, sob a perspectiva de afirmação, trabalhando com materiais de luta e reafirmação, como cantoras e cantores (Beyoncé se fez muito presente), sambas-enredo, raps, super heróis, filmes e principalmente autoras e autores negros, como Conceição Evaristo, Cida Bento, Chimamanda Adiche, Djamilia Ribeiro, entre outras.

Um dos filmes trabalhado nas aulas foi "M-8: Quando a morte socorre a vida" (2019). Os aplausos no final do filme foram estrondosos. Outras temáticas como

religiosidade e intolerância religiosa são discutidas também, como pautas indispensáveis para discutir. O audiovisual é uma ferramenta pedagógica importantíssima para falar sobre relações étnicas. Até o fim da eletiva, as alunas e os alunos trabalharam o conhecimento reconstruído sobre racismo e relações-étnicas através de apresentações.

A importância dita pelas e pelos estudantes no primeiríssimo momento da disciplina é refletida ao longo das discussões. Necessário entender as problemáticas que cercam uma minoria social que se traduz como maioria populacional, e que se faz delegável pela ameaça constante não só contra a vida da população negra, mas também pela ameaça contra os saberes, histórias, resistências e identidade de um povo com raízes fortíssimas. Utilizar desse conhecimento, afirma Silva (2005), como ação afirmativa em prol de apagar preconceitos, corrigir ideias, atitudes forjadas com base nas destruidoras ideologias do racismo, do branqueamento.

Uma das finalidades da educação para as relações étnico-raciais destacada por Silva (2005) é

[que] encontrem formas de levar a refazer concepções relativas à população negra, forjadas com base em preconceitos, que subestimam sua capacidade de realizar e de participar da sociedade, material e intelectualmente (SILVA, 2005, p. 159).

A partir do pensamento da autora, podemos refletir também a importância de inserir essa gama de saberes para além de estudantes negras e negros. Expor a desmistificação concreta do mito da democracia racial, apresentando os percursos racistas que levaram a tal e dialogar com as relações étnicas e racismo da perspectiva do branco brasileiro, os estudos da branquitude, e, assim como exposto nas reflexões iniciais da eletiva ofertada na escola pesquisada, expor o racismo intrínseco no país, como estratégia pedagógica para dar um pontapé inicial.

Ainda que um espaço mais amplo do que a carga horária de sociologia na sala de aula, o espaço da eletiva não abrange ainda tempo suficiente para discutir com maior qualidade a proposta da eletiva. Ainda assim, sempre foi salientada a sua importância, e como não são todas as escolas que tiveram ou têm oportunidade de falar sobre, o que faz as e os estudantes refletirem “mudanças significativas na

escola básica brasileira, articulando o respeito e o reconhecimento à diversidade étnico-racial com a qualidade social da educação” (GOMES, 2011).

5- Impactos da Eletiva Racismo e Relações étnico-raciais.

Com o objetivo de compreender a significância e os impactos da eletiva Racismo e Relações étnico-Raciais, realizamos uma pesquisa no final do primeiro semestre de 2022. A pesquisa foi aplicada através do aplicativo Google junto as alunas e alunos matriculados. De um total de cinquenta e sete estudantes, quarenta e três responderam ao questionário, composto por oito perguntas fechadas e duas abertas.

A primeira pergunta do instrumental, foi: “Como você se autodeclara?” Dos respondentes, 44,2% se consideram pardos; 27,9% se autodeclaram negros; 20,9%, brancos, 4,2%, amarelos e 3,8%, indígenas. Percebemos, aqui uma provável repetição da dificuldade da autoidentificação no Brasil. Hoje, percebemos que as opções de autodeclaração disponibilizadas no questionário “Branco, Negro, Amarelo, Indígena”, podem ser limitantes na realização de uma análise mais aprofundada neste estudo. No momento, consideramos mais coerente termos disponibilizado no instrumental as opções “Branco, Preto (negro retinto), Pardo (negro de pele mais clara), Amarelo e Indígena”, embora, mesmo assim, revele dados importantes.

Sabemos que é comum as e os estudantes negras e negros buscarem se aproximar de um padrão eurocentrado, um modelo imposto, remetido as características europeias, talvez isso tenha implicado na alta quantidade de estudantes brancos e pardos neste estudo. Esse fator do não reconhecimento, também se apresenta como uma forma de fuga ou uma tentativa de parecer com o modelo padrão, ou seja, “eles fogem simbolicamente dessa realidade que os discrimina e criam mitos capazes de fazer com que se sintam resguardados do julgamento discriminatório das elites dominantes” (MOURA, 2019, p.83).

A partir das respostas à pergunta: “Como você avalia sua experiência nesta eletiva?”, percebemos a significância da experiência para a maioria das e dos estudantes, quando 93% consideraram uma “Boa” experiência, para 7% das e dos respondentes a experiência foi “Regular” enquanto nenhum estudante considerou uma experiência “Ruim”. Esse dado pode ser entendido como um indicativo da

urgência, sentida a partir das alunas e dos alunos em garantir nos currículos escolares a aplicação da lei nº 10.639/03, assim como da lei nº 11.645/08, ou seja a História da Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Buscando analisar o impacto da Eletiva, foi solicitado no questionário que respondessem: “Antes de cursar esta eletiva eu...” Entre as respostas mais assinaladas, estão, em ordem decrescente: “não sabia o que são cotas raciais e sociais”; “não percebia como a história do povo negro é negada, é escondida”; “não percebia como a história ensinada na escola é a história de heróis brancos”; “não percebia o racismo nos espaços, nas instituições, nos brinquedos, nas piadas”; “não percebia a ausência de autores e autoras negras nas escolas”.

A partir das respostas, percebemos um indicativo de que a Eletiva possibilitou uma espécie de rompimento do silenciamento sobre a história, a cultura africana e afro-brasileira e das relações étnico-raciais no espaço escolar, assim como uma percepção de como estamos imersos em uma rede de poder e dominação política e cultural tão naturalizada que não a percebemos. Essa interpretação pode ser reforçada pelo seguinte relato: “A eletiva em si é muito importante acho que não deveria ser só uma eletiva e sim uma matéria escolar o quanto que isso poderia mudar a visão de alguns em relação ao racismo sério surpreendente”.

Relatos como esse, reforçam a importância das escolas repensarem seus currículos, afinal, como afirma Munanga (2005) é inegável ressaltar que essa epistemologia e conhecimentos reconstruídos e resgatados têm significado para alunos de outras etnias e ascendências por fazer parte do que compôs e compõe a identidade nacional.

Com o intuito de obtermos uma maior possibilidade de compreensão dos impactos político-pedagógicos, a última pergunta do instrumental foi aberta: “O que você considerou mais positivo nesta eletiva?” Destacamos, a partir das respostas das e dos alunos, como a dimensão pedagógica foi significativa: “O aprofundamento da história do povo negro”; “Vemos mais a verdadeira história, aprendemos novas coisas e o que está a nossa volta e como a sociedade se comporta com este caso”; “Expor como o racismo está mais próximo de nós do que imaginamos, como está enraizado na cultura e como podemos desconstruir esses costumes e sermos antirracistas”

Na construção de uma educação das relações étnico-raciais, Pinheiro (2023), destaca a importância de apresentar referências teóricas de intelectuais

negros e negras aos discentes, de intelectualizar pessoas negras, pois quando pessoas negras com letramento racial ocupam espaços de poder, pautam suas próprias agendas. Sentimos na sala de aula, a importância do estudo e da produção dos intelectuais e artistas negros e a potência das falas de estudantes racializados, assim como, da bolsista do Programa Residência Pedagógica, uma das autoras deste estudo, uma mulher negra que com sua presença, saberes e relatos gera aprendizagens, autoidentificação e representatividade da juventude negra.

Ainda sobre a pergunta: “O que você considerou mais positivo nesta eletiva?”, as respostas dos participantes apontam para o indicativo de que a Eletiva também produziu um impacto político importante, no tocante a valorização do conhecimento científico e saberes originários como ferramenta de desconstrução do senso comum e ataque a ignorância em frases como: “Abrir a mente e ter posição para expressar sua opinião”; “(...) saindo da eletiva com uma experiência incrível, a mente mais aberta, mais consciente e lutando mais ainda contra o racismo”. Também, no tocante a valorização da cultura e estética negra e reconhecimento da identidade, expressos nos seguintes relatos: “Eu aprendi a me reconhecer como mulher negra e aprendi a ter um olhar mais delicado com as pessoas negras”; “Hoje eu me aceito como um homem NEGRO, com muito orgulho!”

Percebemos, assim, que a proposta da Eletiva enquanto componente da educação para as relações étnico-raciais contribuiu nos processos de descoberta e autoidentificação, também para que indivíduos racializados compreendam a sua potência, reconheçam a sua história e as dos seus antepassados sem ser somente marcada pelo período colonial e o escravismo. A educação antirracista possibilita refletirmos sobre conceitos que foram estabelecidos pela sociedade, nos questionarmos sobre diversos assuntos que vimos ou que lemos e refletirmos: Por que só lemos autores/as brancos/as? Por que estamos naturalizando certas práticas racistas no dia a dia? Dessa forma, inferimos que essas indagações auxiliam na criticidade das e dos estudantes.

A educação antirracista propõe a possibilidade dessas e desses jovens (brancos/as e negros/as) refletirem sobre a atuação das práticas racistas em diversos âmbitos, dentre eles, a escola, além de reconhecerem que o racismo atua de uma maneira estrutural. A partir das discussões estabelecidas e compreendendo como esse processo da discussão antirracista pode ser realizado, a autora Bell Hooks (2021), abordando os fatores sobre raça e racismo, destaca como podem

impactar na sala de aula, pois a busca pela educação democrática, possibilita que a sala de aula seja um espaço de diálogo e cuidado, e conseqüentemente, de quebra de paradigmas. Entendemos que descaracterizar padrões já estigmatizados tem sido um processo, mas as construções que fazemos através da educação, de reflexões e atitudes antirracistas, são fundamentais para esse desenvolvimento.

6- Considerações Finais

É papel da escola contribuir na compreensão das diferenças étnico-raciais como construções históricas, sociais, políticas e culturais e a Sociologia, através do exercício de estranhamento e desnaturalização pode contribuir imensamente nesse debate. É preciso construir uma pedagogia da diversidade que favoreça o conhecimento da cultura africana, afro-brasileira e também a cultura indígena, para assim superarmos preconceitos e visões subalternizadas sobre esses povos.

Uma vez que compreendendo a importância de discutir a possibilidade de democratizar a educação antirracista, podemos entender que esses conceitos e ideias estão incluídos no trabalho de intelectuais há décadas. Mas avançamos incorporando nossas práticas educacionais cotidianas para podermos construí-las de forma democrática e antirracista, seja, no ensino médio, no ensino superior ou em outros níveis de ensino.

Dessa forma, consideramos que a instauração e defesa de uma educação para as relações étnico-raciais e antirracista aumentará nossa compreensão sobre a diversidade e inclusão das pessoas que compõem a sala de aula, mas aqueles que se enquadram em outros espaços sociais também. Ao edificar uma educação democrática, temos a oportunidade de compartilhar e moldar uma educação antirracista, e também é possível fortalecer uma educação libertadora onde o diálogo e o entendimento são fundamentais.





7 - Referências Bibliográficas

ALVES, M. **Juventudes e ensino médio: transições, trajetórias e projetos de futuro.** Curitiba: CRV, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03.** Portal Geledés: Instituto Da Mulher Negra, 2001. Disponível em: Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03 (geledes.org.br) Acesso em: 03 abr. 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança.** São Paulo: Elefante, 2021.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. **(Des)continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil.** Revista de Ciências Sociais — Fortaleza, v. 52, n.1, mar./jun., 2021, p. 245–282.

MUNANGA, Kabengele(org). **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro** [recurso eletrônico] / Clóvis Moura. 2.ed. São Paulo : Perspectiva, 2019.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SILVA, Petronila Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

